



“EVALUACIÓN DE PROGRAMAS DE PÓSGRADOS: UMA NUEVA CONCEPCIÓN, UMA NUEVA POLÍTICA”

Naura Syria Carapeto Ferreira

nauraf@uol.com.br

Maria Iolanda Fontana

miolandafontana@hotmail.com

Clarice Linhares

clarinha_linhares@yahoo.com.br

Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil

Universidade do Centro-Oeste do Paraná - Brasil

RESUMEN

Pensar em avaliação significa concebê-la mais além das compreensões fragmentárias que têm dominado o universo educacional no Brasil e no mundo quer sob a perspectiva quantitativa, quer sob a chamada qualitativa, quer priorizando o objetivismo, quer priorizando o subjetivismo. Significa, por isso, tentar compreendê-la como práxis, que na sua essência e universalidade, é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade em sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. Assim, a avaliação não é uma mera mensuração contraposta a uma teoria cognoscitiva e axiológica - que prioriza valores e possui uma determinada e definida concepção - mas necessita ser entendida como práxis que é uma atividade que se produz historicamente, se renova continuamente e se constitui praticamente. A práxis se



articula com todo o homem e o determina na sua totalidade e na realidade em que vive. Assim compreendida, através de estudos e práticas, desenvolvidas pelos autores, que podem subsidiar esta nova forma de pensar a avaliação, pretende-se, neste trabalho, analisar a avaliação numa perspectiva teórica que tenta superar os limites das outras concepções fragmentárias. Pretende-se, ainda, expor sobre os impactos da avaliação, nesta perspectiva acima referida na proposta de formação discente no contexto da Pós-graduação *stricto sensu* - tomando como referência o desenvolvimento da avaliação num programa onde, na perspectiva da práxis, se verifica, aprecia e analisa coletivamente para determinar o que é válido ou não, a fim de reorganizar o trabalho com as responsabilidades e compromissos específicos da pós-graduação; compromissos esses, em consonância com a política expressa em todas as instâncias a partir dos princípios exarados na Carta Magna da Educação Brasileira: princípios de liberdade e solidariedade humana que podem ser assegurados com uma avaliação emancipatória.

Ressalta-se o compromisso da avaliação, concebida como práxis, com a qualidade social e a emancipação humana como referenciais prioritários da avaliação. Objetiva-se com a exposição deste texto argumentar sobre esta concepção de avaliação que considera a totalidade com todos os membros nela envolvidos, como sujeitos participativos. Defende-se, portanto, que se trata de uma concepção democrática que possibilita efetivamente, não só o exercício da democracia, mas a desenvolve no seio da comunidade envolvida e no interior do pensamento individual como um reflexo da realidade e como um *gérmen* que desenvolve outros valores sociais e humanos.

Palabras Clave: Evaluación; políticas de evaluación; praxis, política; gestão



1. Introdução

Uma política de avaliação necessita ser compreendida a partir do seu significado, no contexto que se situa e se destina. Implica, também, examinar os objetivos e a característica do “objeto”¹ a ser avaliado. Avaliação (de aval + ação) significa “determinar a valia ou o valor de” (Holanda Ferreira, 1999, p. 238) apreciação, análise, dar “aval” ao que está em causa, responsabilizar-se por. Implica, portanto em responsabilidade e compromisso com o objeto – que no caso é humano – que tem que ser tratado com o respeito que merece. Significa avaliar uma política educacional em ação, a fim de fornecer subsídios para uma política em movimento, numa reconstrução contínua. Nesse sentido, vale lembrar que “Política é uma fixação de valores - prioridades - constituindo declarações intencionais e operacionais” (FERREIRA, 2008, p.97). A concepção de homem, de mundo e de sociedade que norteia o estabelecimento dessas políticas é que tem que ser verificada e discutida, pois ela não se dá no vazio, “tranqüilamente” de forma linear, mas no intrincado “jogo político de interesses diversos”. O que se necessita garantir são princípios que norteiem essa “fixação de valores - prioridades -” e que, estes sim, tem que nortear as “declarações operacionais e intencionais” que “conduzem” todas as propostas que “balizam” a avaliação .

A Política, enquanto orientação mais geral do processo, que norteia e dá sentido, são as diretrizes ou linhas de ação que definem ou norteiam práticas como normas, leis e orientações. a direção de mudanças a serem efetuadas, por sua vez é constituída de três outros elementos que possibilitam e garantem toda a política em ação e que são o **planejamento, a gestão e avaliação**. Estes elementos constitutivos necessitam ser definidos para se compreender o que é avaliação, pois

¹ O termo “objeto” neste texto tem o significado de “tema bem definido “(SEVERINO, 2000, p. 74) , isto é, tema delimitado . Mas, como assevera Severino (2000), mais do que o objeto em si de trabalho, é importante a perspectiva sobre a qual é tratado. “Assim uma coisa é tratar da *liberdade em geral* outra sobre a *liberdade psicológica*, outra sobre a *liberdade política*. O conteúdo do objeto pode ser o mesmo, mas as perspectivas sobre as quais será tratado o objeto é que determina a especificidade do objeto e a possibilidade do seu desvelamento.



são eles que norteiam e dão sentido e garantem todo o processo educacional. Assim, como já foi dito em outro lugar(FERREIRA, 2010):

Planejamento é o processo de elaboração de planos de ação, que obedece e operacionaliza diretrizes com vistas à sua concretização.

Gestão é o processo de coordenação da execução de uma linha de ação, executa um plano. Gestão tem um conteúdo que pode incluir aspectos emancipatórios como autonomia e cidadania, dependendo das políticas que lhe fornecem a direção a ser dada e à forma de gestão.

Avaliação é o processo de análise ou julgamento da prática. Constitui a instância crítica da operacionalização ou melhoria de uma linha de ação ou execução de um plano. A avaliação, como parte ou função da administração, não se confunde com a avaliação da aprendizagem do aluno, embora a englobe. É um processo de acompanhamento, garantidor da qualidade do processo educativo, avaliando a instituição e o desempenho dos agentes. Esta compreensão de avaliação permite perceber as diferenças da intenção e do paradigma que estão por traz das políticas, do planejamento, da gestão e da própria avaliação (FERREIRA, 2010).

A avaliação e os impactos que a geram? necessitam ser examinados no contexto em que se situam. A avaliação na perspectiva da práxis é examinada a partir de um referencial teórico-prático como proposta de formação discente no contexto da Pós-graduação *stricto sensu* - tomando como referência o desenvolvimento da avaliação num programa onde, na perspectiva da práxis, se verifica, aprecia e analisa coletivamente para determinar o que é válido ou não, a fim de reorganizar o trabalho com as responsabilidades e compromissos específicos da pós-graduação; compromissos esses, em consonância com a política expressa em todas as instâncias a partir dos princípios exarados na Carta Magna da Educação Brasileira: princípios de liberdade e solidariedade humana que podem ser assegurados com uma avaliação emancipatória e libertadora realizada através de uma política de:

- 1) participação coletiva, investigadora, reflexiva;
- 2) proposição de conscientização das desigualdades sociais e culturais;
- 3) cooperação de todos os participantes do processo educacional;



7, 8 y 9 de Octubre de 2010

- 4) pesquisa rigorosa;
- 5) auto-avaliação
- 6) consciência crítica e responsável de todos com os objetivos no movimento de reconstrução contínua em consonância com as demandas da realidade.

A avaliação, então, se movimenta numa totalidade que significa: realidade como um todo estruturado, dialético o qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido (KOSIK, 1976 p.35). A avaliação, assim concebida como práxis em uma totalidade, exige perceber cada fenômeno como momento do todo que necessita ser compreendido. Isto conduz a entender e tratar todos elementos que compõem essa totalidade que é dinâmica e humana, criação da produção social do homem para poder avaliar o trabalho em desenvolvimento, as aprendizagens concretizadas e o todo na sua complexidade e totalidade dos elementos que o compõe. De tal modo compreendida, a avaliação só pode ser coletiva e abarcar todos os sujeitos envolvidos: os chamados “avaliadores formais e os chamados “objetos” da avaliação,” na compreensão positivista que passam a ser, todos, na perspectiva da práxis, sujeitos da avaliação examinando o trabalho com este objetivo comum na sua dinâmica totalidade. Essa concepção não entende uma avaliação como exclusivamente externa, como mensuração ou como um momento de avaliação feito por uns que controlam os outros, mas como um trabalho coletivo que, usando os recursos necessários, se processa no *continuum* e no coletivo dessa totalidade. Assim posta, a avaliação passa a ser compreendida como auto-avaliação, com princípios, critérios e objetivo comum na totalidade do fenômeno em questão, da construção coletiva da qualidade social, do bem comum, da fraternidade e da solidariedade, pois cada um será sempre um avaliador do outro e de si mesmo rumo a um patamar superior do processo educacional.

Avaliação (de aval + ação) significa “determinar a valia ou o valor de” (Holanda Ferreira, 1999, p. 238) apreciação, análise, dar “aval” ao que está em causa, responsabilizar-se por. Implica, portanto, na perspectiva da práxis, em responsabilidade e compromisso com o objeto – no caso humano – que tem que ser tratado com o respeito e o cuidado que merece no movimento dialético de sua contínua construção e reconstrução humana.



Vale lembrar que “política é uma fixação de valores - prioridades - constituindo declarações intencionais e operacionais” (FERREIRA, 2008, p.97), portanto a avaliação necessita considerar os valores que priorizados em uma política tanto a exarada como a política em ação.

Entendendo compromisso (do latim *compromissum*, ajuste, contrato, obrigação) como obrigação ou promessa solene, obrigação de carácter social, uma nova questão se impõe para os educadores no conturbado mundo hodierno: quais são os compromissos que a avaliação necessita assumir hoje? São compromissos com uma nova compreensão da qualidade da educação que se consubstancia na formação de homens mais humanos, através de uma educação comprometida com esta humanização? Ou são compromissos de perpetuação da sociedade excludente, onde impera o individualismo a competição e a coisificação humana? Sabe-se que “conhecemos o mundo, as coisas, os processos somente na medida em que os “criamos”, isto é, na medida em que os reproduzimos espiritualmente e intelectualmente” (KOSIK, 1976, p.206).

Coloca-se, assim, o grande desafio para os educadores em todos os níveis e modalidades de ensino e, em especial, os que trabalham com a pós-graduação *stricto sensu*, pois a preparação de pesquisadores e profissionais da educação para o ensino superior reveste-se de imensa responsabilidades sobre o compromisso com os demais graus de ensino não só enquanto objeto de investigação mas com a proposta de novas políticas públicas, planejamento e gestão democrática no movimento dialético ininterrupto que a práxis proporciona.

3. A avaliação e sua importância histórica como práxis.

Libertar-se de toda a forma de opressão humana através da possibilidade de superação da ignorância de algum conhecimento necessário à plenitude da vida humana é o compromisso da pós-graduação *stricto sensu* e, em especial, da avaliação como práxis. Somente através da superação de concepções fragmentárias e por isto exclusivas e excludentes é que se poderá formar o homem completo, o homem desenvolvido em todas as dimensões ou como se expressava Marx: o



homem omnilateral, pois só assim os homens agem conscientemente dentro de uma situação dada. Desta forma, conferem um novo significado à situação com sua ação intencional e inteligente.

Para Gramsci, a “reforma intelectual e moral” que surge com a modernidade encontra seu ponto mais alto na filosofia da práxis, a atividade teórico-prática que proporciona a *todos* a possibilidade de compreender e decidir a respeito do mundo em que se vive. E esta nova inteligibilidade consiste na formação e na difusão de uma nova “racionalidade”, de um “espírito crítico” e de uma sensibilidade que, ao reconhecer os limites da existência e do pensamento humano, abandona qualquer explicação mítica do mundo e recusa todo princípio de autoridade absoluto e pré-constituído.

3. A avaliação da pós-graduação *stricto sensu*

A avaliação, no Brasil pauta-se, nos últimos anos pelo imperativo da produtividade. Esta prioridade para a avaliação – produzir e produzir - é avaliada prioritariamente em sua quantidade, categoria de princípio da lógica empresarial, que invadiu o domínio acadêmico e educacional como um todo, desenvolvendo uma necessidade de produção jamais vista na história da educação brasileira. O princípio da quantidade que contém a qualidade que contém a quantidade, como explicita muito bem Gramsci (1978, p.50) foi secundarizado pela quantidade que embora tenha que ter qualidade, é priorizada. O processo de orientação de dissertações e teses, no Brasil, vem sendo marcado, pela “angústia” dos prazos, critérios quantitativos estabelecidos pela Capes que exige qualidade de excelência num mínimo de tempo de 24 meses, atualmente até 30 meses, entre o processo seletivo e a defesa. Os alunos da pós-graduação *stricto sensu* em educação, oriundos de todas as áreas, não possuem as leituras necessárias à compreensão do seu próprio objeto de investigação isto quando este já existe, mesmo sabendo, por se reiteradamente apregoar que uma dissertação e uma tese tem que ser originais, importantes, viáveis



e possuir uma destinação social com questões propositivas ou com um encaminhamento do que Saviani denomina “monografias de base”².

Os orientadores vêm-se na “luta” de orientar mestrandos e doutorandos num prazo escasso de tempo para fundamentação e aprendizado da pesquisa. Todavia, faz-se de tudo para superar a exigüidade de tempo para o acúmulo de compromissos, envolvendo, cada vez mais os orientandos, através dos grupos de pesquisa, no trabalho acadêmico, organizando em conjunto atividades complementares, debates e organização de eventos para um real aprendizado do espírito acadêmico. O orientador vê-se na condição de “seduzir” seus orientados e alunos para o fascínio da produção do conhecimento e na socialização desse conhecimento.

Por outro lado a academia brasileira vive além da pressão da Capes pela “produtividade” quantitativa por parte dos pesquisadores e orientandos – objeto de sustentação e de avaliação de um Programa de Pós-graduação – a necessidade de participar do ensino na graduação, da extensão, de trabalhos relevantes na comunidade que possam se caracterizar como impacto social. Isto vai exigir muito mais do pesquisador que tem que orientar seus orientandos nas pesquisas em desenvolvimento nos “grupos de pesquisa”, constituídos pelas pesquisas dos orientadores às quais têm que se integrar e, ainda, a “cobrança” da participação no ensino e na extensão atendendo critérios de “impacto e inserção social” em nível nacional e internacional, e da participação em eventos nestes dois âmbitos com inscrição de trabalho.

O rigor da Capes na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, postos à parte os prazos e os financiamentos, contraditoriamente todavia, revela um teor de orientação de qualidade para a avaliação, pois fornece os quesitos que serão avaliados e exige o seu cumprimento fornecendo, dessa forma, uma orientação a ser seguida porque vai ser avaliada. Os indicadores da ficha de avaliação amplamente divulgados pela Capes são hoje um modelo no mundo, pelo seu rigor e cuidado com a formação do pesquisador e a produção do conhecimento. Apenas os prazos e o

² Saviani afirma que “se é verdade que consistentes estudos de base são condição para alcançar vãos interpretativos arrojados, também é verdade que, sem a indicação de direções, isto é, sem um referencial teórico que mobilize hipóteses, dificilmente surgirão ‘monografias de base’”(SAVIANI, 1001, p. 44).



financiamento é que não correspondem ao nível de exigência, gerando ônus para professores e alunos que necessitam trabalhar, estudar, organizar e participar de eventos, com produção intelectual e técnica de impacto social com significativa inserção social – quesitos que fazem os programas se comprometerem com as questões candentes da educação que a pós-graduação necessita trabalhar fornecendo proposições e formas alternativas de soluções através de suas pesquisas.

A orientação coletiva no Brasil tem se revelado muito rica, como processo, quando pode acontecer embora prejudicada pelos mesmos óbices acima apontados. O processo de orientação coletiva proporciona discussões e engendra incríveis diferenças entre os participantes de um grupo de pesquisa. A ótica com que cada um “vê” o objeto em questão revela sua compreensão e muitas outras facetas ainda não observadas. Aí se revela o sentido político da construção epistemológica, visto que as finalidades e o contexto que referencia a análise abre um “mundo” de possibilidades. A participação dos orientandos em grupos de pesquisa e em todo o processo de avaliação nos programas, possibilita uma outra visão de totalidade que não é fragmentada, mas rica de elementos e possibilidades de novas sínteses.

Tal participação possibilita o desenvolvimento do espírito crítico e da aceitação da crítica, formas solidárias e fraternas de “ajuda” e “quebra” de existência de uma possível autossuficiência. Infelizmente o tempo para o desenvolvimento desta rica forma de trabalho é muito reduzido, diante das inúmeras demandas que o orientador “sofre” no seu percurso de trabalho, mas mesmo assim se “fabrica tempo” para poder fazê-la acontecer. Às exigências acadêmicas não lhes correspondem às condições e possibilidades de atender todas estas demandas, além do que as agências de fomento e financiamento estão a reduzir os gastos e concessões do número de bolsas e financiamentos de modo geral.

A política de avaliação na pós-graduação *stricto sensu*, tomando como referência um programa, constitui-se em um elemento específico de formação da política de um programa de pós-graduação na medida que é imprescindível e constitutiva da reconstituição política progressiva do processo formador do aluno a cada apreciação crítica das ações para a elaboração de novas políticas e de um novo replanejamento de suas atividades, visando consolidar acertos, corrigir equívocos e



redefinir metas de trabalho integrado. Entende-se que política de avaliação necessita ser desenvolvida com base na política proposta, que vem sendo reelaborada e aperfeiçoada ao longo da história de um programa.

É na indissociabilidade entre política e gestão que a avaliação torna-se fundamental para se pensar e repensar os critérios da admissão alunos, de contratação de professores, promoção e aperfeiçoamento dos docentes e o ajuste da permanência de pesquisadores na pós-graduação, conforme a formação, produtividade e as atividades dos mesmos, sobretudo para que ocorra maior definição da identidade do programa, maior congruência entre a pertinência acadêmica e a inserção social do mesmo.

A política de avaliação é, então, concebida, operacionalmente, como uma forma de identificar até que ponto tem ocorrido a articulação entre o que se espera de um programa de pós-graduação em âmbito nacional, tal como avaliado pela CAPES, com as necessidades locais, levando em conta as possibilidades e os limites históricos que caracterizam a singularidade de cada instituição, que se expressa na diversidade humana e na disponibilidade de recursos com os quais cada programa conta. Assim, a avaliação torna-se fundante dentro da realidade institucional da otimização dos nexos entre produtos e processos no sentido de garantir qualidade acadêmica, social e humana na formação de alunos e na produção intelectual e técnica do corpo docente. No quadro histórico apresentado por este programa (titulação, formação e perfil científico do corpo docente, identidade e tendências das linhas que o compõem, recursos com os quais se pode contar) tem sido realizada a avaliação que leva em conta: 1) produção docente; 2) afinidade da pesquisa discente com a formação e produção dos respectivos orientadores; 3) disponibilização de recursos (subvenção econômica) e condições, tais como a liberação de atividades no programa sem prejuízo de remuneração, para o aperfeiçoamento dos professores, seja para incentivo a participação em eventos científicos das mais diversas natureza com uma ajuda de custo, seja para a realização de pós-doutorado.

Neste estudo abordamos questões da avaliação na Educação Superior, mais especificamente no *stricto sensu*. No panorama brasileiro isso implica, forçosamente, que se pensem também as questões de avaliação e a melhoria da qualidade nos níveis educacionais que o precedem. Embora não seja foco de análise neste trabalho, é essencial lembrar a prioridade que deve ser dada à Educação Básica e ao



pensar sobre suas dinâmicas de desenvolvimento, sua expansão e políticas voltadas para a sua melhoria. Ou seja, reflexos positivos para o sistema de ensino superior estão inexoravelmente relacionados aos resultados da escola primária e secundária. A melhoria da performance da Educação Básica tem implicado no aumento da demanda pela Educação Superior, na Graduação e na Pós-Graduação. Uma consulta aos indicadores do INEP permite que as tendências e perspectivas ora abordadas sejam ratificadas.

O nosso desafio, contudo, é discutir a avaliação nesta “ponta”, intimamente relacionada ao “gargalo” dos níveis básicos. Considerada a natureza do Mestrado, também em certa proporção do Doutorado, cabe questionar sobre a possibilidade de avaliar na perspectiva da práxis acima exposta, a fim de se poder produzir resultados que indiquem o alcance de finalidades de formação acadêmica e social. Quais possibilidades de acesso, permanência e escolaridade progressiva para todos? Que políticas necessitam ser engendradas para avançar a fim de se promover a emancipação humana?

Os processos avaliativos no âmbito do programa que referencia este trabalho têm sido realizados de acordo com os pressupostos da avaliação emancipatória, considerando, como já ratificamos, questões que são basilares que se convertem em princípios na ação, como a participação coletiva, a solidariedade e cooperação de todos os agentes do processo educacional vinculada à valorização das perspectivas críticas quanto aos objetivos formativos e a autoavaliação.

Tentando aperfeiçoar a avaliação na perspectiva da práxis, como acima exposta no contínuo processo com vistas à melhoria do trabalho na pós-graduação *strico sensu*, entre inúmeras outras formas de avaliação e expressão de pensamentos e sentimentos, avaliativos, foi elaborado um instrumento que fundamenta os procedimentos avaliativos desde o ano de 2004 até o presente momento, sendo que os produtos desta práxis avaliativa compõem uma série histórica que tem sido analisada de forma contínua, informando as políticas, o planejamento e a gestão. Este instrumento a cada ano é reformulado e atualizado conforme as ricas sínteses produzidas que fundamentam esta nova reorganização.



O instrumento expõe os vários elementos de formação do programa, desde a concepção, os objetivos, linhas de pesquisa, disciplinas, orientações, seminários de pesquisa e de dissertação e tese. Na sequência são explicitados os principais componentes curriculares. São descritas as chamadas Atividades Complementares a cada ano, que incluem aula magna e inaugurais, palestras, conferências, seminários avançados e eventos científicos que aconteceram durante o ano letivo. Requistam-se ainda os dados avaliativos referentes ao processo de orientação, à qualificação e à participação em grupos de pesquisa, solicitando os posicionamentos discentes e docentes quanto ao seu desenvolvimento e sua concretização, contradições e falhas, avanços e recuos.

Os objetivos do programa, sobre os quais se convida à reflexão são: 1) Desenvolver pesquisas e difundir conhecimento no campo da Educação. 2) Formar pesquisadores capazes de desenvolver conhecimento científico necessário ao exercício profissional. 3) Formar profissionais para a Educação Superior.

Para que possam perceber as questões expostas, descrição e os objetivos das linhas de pesquisa, explicita-se aos discentes que o seu alcance vincula-se, concomitantemente, ao conjunto de disciplinas, às atividades complementares e à orientação, isto é à totalidade de conteúdos formativos e suas formas de tratamento.

Quanto às disciplinas, solicita-se refletir sobre seus referenciais teórico-metodológicos, bibliografia utilizada e processo de avaliação específico – tudo isso confluindo para que o aluno teça considerações sobre a importância da participação coletiva docente e discente para o projeto de pesquisa em elaboração.

Sobre a natureza das atividades complementares disponibilizadas no currículo, os discentes são instados a agir da mesma maneira, avaliando sempre do ponto de vista da indissociabilidade teoria e prática, as atividades em que participou e analisando sua relevância no processo de sua formação.

Com relação à orientação, os indicadores para sua avaliação abordam os seguintes itens: contribuição da orientação para o desenvolvimento da pesquisa; resultados de pesquisa divulgados (publicações como autor e em co-autoria);



articulação entre o projeto de pesquisa do aluno e o projeto de pesquisa do orientador, assim como a relação com a linha de pesquisa. Considerando a nucleação nas atividades de pesquisa, o discente manifesta-se quanto aos grupos e núcleos de investigação em que participa, em que a presença da relação orientador-orientando, bem como entre os diversos orientandos, assume formatos didático-pedagógicos fundantes da caminhada investigativa.

Os depoimentos que os discentes apresentam no processo de avaliação engendram um conteúdo cujo cunho político e pedagógico é considerado essencial na consolidação de uma trajetória de avaliação emancipatória. Algumas falas dos mestrandos evidenciam sua contribuição crítica quanto aos aspectos institucionais, os quais estão intimamente relacionados aos produtos e processos educacionais cuja finalidade é a qualidade de formação humana visando sua emancipação.

A análise dos depoimentos dos alunos em toda a série documental de registros ratifica a importância de que esses sujeitos sejam ouvidos, não só quanto aos objetivos do *stricto sensu*, mas quanto aos objetivos institucionais. Compreende-se, assim, que a avaliação em curso neste programa agrega elementos da dimensão institucional que consideram o próprio perfil e o contexto de desenvolvimento da pós-graduação no âmbito local, o que pode acrescentar às perspectivas de avaliação que são realizadas considerando as áreas e subáreas do conhecimento, elemento típico do processo mantido pela Capes.

Percebe-se a compreensão que os alunos têm sobre a indissociabilidade teoria e prática, pedagógico e político. Assim examinado e avaliado, o instrumento de avaliação perscruta quanto à organização curricular, admitindo que os discentes questionem as disciplinas que compõem o currículo e a sua contribuição para as pesquisas em desenvolvimento, assim como todas as formas de atuação dos docentes no programa.



4. Considerações finais para um novo recomeço

Diante de tais depoimentos, a avaliação pode oferecer contribuições tanto em nível institucional como impactantes na melhoria da qualidade do sistema. Configuram elementos para a discussão das políticas e da gestão, que podem ser repensadas em termos da avaliação da qualidade e quanto à autonomia das IES. Há, portanto, a possibilidade de questionar o quanto a avaliação caminha na direção de subsidiar uma política em movimento, permitindo sua reconstrução.

A Pós-Graduação tem uma forte componente de formação política, que é questionada do ponto de vista da participação individual e coletiva nos processos que se aninham nos grupos de pesquisa (ambiente em que a relação entre professor orientador e orientando, em boa parte, se configura), bem como na interlocução que os alunos elaboram ao participar de atividades complementares - conferências, congressos, seminários -, momento em que se espera, também, resulte não somente na socialização da produção acadêmica, mas na possibilidade de elaboração de um diálogo crítico sobre as políticas e práticas educacionais. Pode-se verificar como isso é compreendido sob a perspectiva discente, comparando e contrastando as diversas concepções teóricas dos especialistas que vêm, a convite, participar de atividades no programa

Compreende-se que os aspectos humanizantes que a proposta de avaliação abarca fornecem indicadores para a discussão e emergência de diretrizes de ação.

Assim, vale a máxima de Goethe: “todos os dias há motivos para esclarecer a experiência e purificar o espírito”, como um convite a novas reflexões e novos aprofundamentos rumo à reconstrução contínua da uma humanidade realizada e feliz.



5. Referências:

- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. In: *Diário Oficial da União*. Nº 72, 15/4/2004, SEÇÃO 1, p 3-4.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio – Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, N. S. C. A gestão da educação e as políticas públicas de formação de profissionais da educação : desafios e compromissos. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- FERREIRA, N. S. C. A Gestão do Conhecimento: da produtividade à produção da humanização da formação. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Cadernos de Pesquisa nº 03. A Pesquisa na Pós-Graduação em Educação: reflexões, avanços e desafios*. Curitiba: Editora da UTP, p. 129-153, 2007.
- FERREIRA, N. S. C. Supervisão educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados RANGEL, M. *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*. 10. ed. Campinas/SP: Papirus, 2010.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES*. Diretrizes para a avaliação das instituições de Educação Superior. Brasília, [s.d].
- PENNA FIRME, T. *Avaliação: tendências e tendenciosidades*. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, 1994.
- SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 8. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- SAVIANI, D. O sentido da pedagogia e o papel do pedagogo. *Revista ANDE*. Ano 5, nº 9, 1985, pp. 27-28.
- SAVIANI, D. Correntes e tendências da educação brasileira. In: MENDES. D. T. *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1983.